



Ricardo Borges/Folhapress



Protesto em frente à Assembleia do Rio

Com bombas na rua, Assembleia do Rio limita salário de secretários

Enquanto servidores e PM se confrontavam fora, deputados aprovavam primeiros cortes de gastos

Imposição de teto à cúpula do governo é revés para Pezão, que também teve redução de 30% nos vencimentos

LUCAS VETTORAZZO
NICOLA PAMPLONA
DO RIO

Enquanto do lado de fora da Assembleia Legislativa ocorria um dos mais longos confrontos já vistos no Rio, os deputados estaduais aprovaram, nesta terça (6), os primeiros projetos do pacote anticrise do governo de Luiz Fer-

nando Pezão (PMDB).

Aos mesmo tempo em que bombas estouravam na rua, os deputados votaram duas resoluções da própria Alerj — a não renovação da frota de veículos dos parlamentares, que ficarão sem carros a partir de 2019, e o fim de sessões solenes após o expediente.

Pezão, no entanto, sofreu uma derrota, com a aprovação de um teto para os salários dos secretários estaduais, apesar do esforço da base para vetar a medida.

O conflito, entre servidores do Estado e PMs, começou às 13h15, quando integrantes do carro de som instaram os ma-

nifestantes a tomar o prédio da Alerj, onde deputados haviam marcado para 14h a votação do pacote de ajuste.

Servidores forçaram as grades instaladas ao redor do prédio. A PM e agentes da Força Nacional responderam com bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, além de usar a cavalaria e um cavalo (veículo blindado).

Ao longo do dia, servidores usaram pedras e fogos de artifício contra a PM, que invadiu uma igreja e de lá atirou bombas nos manifestantes.

O que se viu na sequência foi uma batalha campal em frente à Alerj e nas ruas vizi-

nhas ao prédio.

Às 19h, o conflito seguia no Rio. O centro ficou deserto em plena hora do rush. Não restavam mais servidores em frente à Alerj, mas a PM continuou a lançar bombas nas ruas do centro e empreendeu uma varredura nas ruas internas em busca de possíveis manifestantes.

Bombas foram atiradas na direção de pequenos grupos que ainda se reuniam, atingindo pedestres que deixavam seus escritórios.

Dentro do edifício, o cheiro de gás de pimenta levou dois deputados, Tia Ju (PRB) e Pedro Fernandes (PMDB),

e vários servidores ao departamento médico. No plenário, algumas pessoas optaram por usar máscaras cirúrgicas para reduzir os efeitos.

REDUÇÃO DE SALÁRIO

Na votação do pacote proposto pelo governador, a principal medida previa o corte de 30% dos salários do alto escalão do governo.

A Comissão de Orçamento da Casa incluiu no texto original um artigo aplicando o teto do funcionalismo também para funcionários cedidos por outros órgãos, que normalmente acumulam os salários — o que é o caso de alguns secretários.

Com a aprovação do projeto, o salário do governador será reduzido de R\$ 21.868,14 para R\$ 15.307,69. Vice-governador e secretários passam a receber R\$ 12.895,39, em vez dos R\$ 18.421,99 atuais.